



Séculus Construtora Ltda.

Coromandel, 26 de junho de 2018.

Prefeitura Municipal de Monte Carmelo
Comissão Permanente de Licitação

Processo nº 35/2018
Edital Concorrência nº 01/2018

A empresa SÉCULUS CONSTRUTORA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.698.525/0001-30, neste ato representada por seu responsável técnico e procurador Sr. **Mauro da Paixão do Espírito Santo**, CPF nº 481.014.356-20, vêm apresentar contestação ao recurso apresentado pela empresa AC Comércio e Serviços Ltda EPP datado de 19/06/2018, pelos motivos citados a seguir:

1) Quanto à obediência ao edital:

O ato convocatório (edital ou convite) tem por finalidade fixar as condições necessárias à participação dos licitantes, ao desenvolvimento da licitação e à futura contratação, além de estabelecer um elo entre a Administração e os licitantes.

Dispõem os artigos 3º e 41º da Lei 8666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Como não poderia ser diferente, com sapiência, o mestre Hely Lopes Meirelles ensina:

"A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre adstritos aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, **estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.**" (in Licitação e contrato administrativo, 14º ed. 2007, p. 39).



Sécúlus Construtora Ltda.

Salientamos que é facultado a qualquer cidadão impugnar, por escrito, os termos do Edital, até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para recebimento dos envelopes “Documentação” e “Proposta” (SEÇÃO XXI – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL).

Entendemos que se nenhuma empresa, inclusive a AC Comércio e Serviços Ltda EPP, não fez nenhuma contestação no prazo legal, que poderia acarretar modificações no percurso do mesmo, o referido edital deve ser obedecido na íntegra.

Destacamos o item 12 (seção IV) do edital: “Os licitantes que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no envelope “Documentação”, ou os apresentarem em desacordo com o estabelecido nesta Concorrência, ou, ainda, com irregularidades, serão inabilitados,...”, ou seja, juridicamente, a proposta que não atender o exigido no edital deverá ser considerada desclassificada conforme preconiza o inciso I do artigo 48 da Lei 8666/93.

2) Quanto ao Atestado de Capacidade Técnico –Profissional

O inciso II do artigo 30 da Lei de Licitações disciplina que:

II – comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Observe-se que o dispositivo legal supramencionado (Edital Concorrência 01/2018) versa sobre essa exigência na Seção VI, itens c.1, c.1.1 (em nome do Profissional) e d.1 e d.1.1. (em nome da Licitante) ” Construção de Escola, nas características similares ao objeto desta licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação; Fundação e Estrutura (ferragem, formas, concreto); Instalações Elétricas; Instalações hidro sanitárias; alvenaria; Impermeabilização; Cobertura (Estrutura metálica com telha Cerâmica); Esquadrias Metálicas e vidros; Revestimento de Paredes e Teto; Revestimentos de Piso, Cerâmica, Grama, Granitina, piso Intertravado com Blocos de Concreto; Instalações de Combate a Incêndio.”, podendo inclusive apresentar 5 (cinco) atestados (item 24.1.7).

Exemplificamos separadamente as exigências do edital e as alegações da empresa AC Comércio e Serviços Ltda:

2.1) Construção de Escola, nas características similares ao objeto desta licitação, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação: os atestados apresentados são em sua maioria referentes à reforma e com quantitativos discrepantes da planilha;

2.2) Cobertura (Estrutura metálica com telha Cerâmica): a empresa alega que quem executada estrutura metálica para telha de alumínio fabrica também para telha cerâmica,



Séculus Construtora Ltda.

acreditamos que a afirmação é errônea, pois a complexidade de uma é totalmente diferente da outra, seria como dizer que quem faz um piso em concreto está apto a fazer piso em asfalto;

2.3) Grama: a empresa AC Comércio e Serviços Ltda EPP não contestou essa exigência do edital, portanto deveria ter apresentado a comprovação de execução do referido serviço.

2.4) Piso Intertravado com Blocos de Concreto: dizer que atestado de piso em blocos de concreto intertravado é o mesmo que executar contrapiso ou concreto armado para fundação, afirmando se tratar de serviços similares, é uma demonstração de desconhecimento técnico.

2.5) Instalações de Combate a Incêndio: alegam que a empresa é somente intermediadora. Concordamos que em vários serviços a Construtora não é fabricante, mas deve ter e atestar conhecimento e execução desses serviços em obras.

Salientamos novamente, que a empresa AC Comércio e Serviços Ltda EPP, não fez **nenhuma contestação da exigência desses itens no prazo legal**, portanto deveria ter cumprido com a exigência do edital.

3) Continuamos a questionar o fato do capital social da empresa AC Comércio e Serviços Ltda EPP ser somente de R\$ 100.000,00 e não atender 10% do valor da obra, ou seja, R\$ 380.622,61, conforme exigência da Lei 8666/93(art. 31, §§ 2º e 3º).

Ressaltamos que a empresa AC Comércio e Serviços Ltda EPP alegou que esse questionamento é ilegal já que "não houve exigência desse teor no certame...". Entendemos que da mesma forma que é ilegal questionar um item não exigido no certame, também é ilegal justificar a não apresentação dos documentos exigidos no certame, como os itens do Atestado Técnico Operacional acima especificados.

Acreditamos que o número de obras inacabadas que temos no país, é devido à falta de capacidade financeira e conhecimento técnico.

Diante do exposto, solicitamos que esta comissão mantenha sua decisão de **inabilitação** da empresa AC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP, e permita o andamento do processo licitatório com a abertura das propostas.

Atenciosamente,

Séculus Construtora Ltda
Mauro da Paixão do Espírito Santo

**Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Estado de Minas Gerais

Protocolo

RECIBO

Inscrição

0013595/2018

Data: 26/06/2018 09:11:41

Impressão: 26/06/2018 09:12:39

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Requerente: 000019696 - SECULUS CONSTRUTORA LTDA

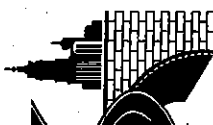
CNPJ: 03.698.525/0001-30

Endereço: AVENIDA ARTUR BERNARDES, 455

Documentos Solicitados

013368/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

ENCAMINHA CONTESTAÇÃO AO RECURSO APRESENTADO POR EMPRESA REF. AO PROCESSO Nº 35/18, CONCORRENCIA Nº 01/18. SETOR DE LICITAÇÃO.

Séculus Construtora Ltda.

Prefeitura Municipal Monte Carmelo
Comissão Permanente de Licitação